

PNUD (2013). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2013. Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*. Lisboa: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Fernando Canastra

fcanastra@ucm.ac.mz

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), traz-nos uma leitura interessante sobre o impacto, na chamada “Globalização”, da ascensão dos países do Sul. Na realidade, o olhar privilegiado, que se convoca neste Relatório, sugere-nos uma mudança significativa em termos do aumento do valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nos países emergentes do Sul, particularmente entre 1990 a 2012.

Partindo desta constatação, o Relatório de 2013, descreve-nos os factores impulsionadores que estão na base da aceleração do IDH, no que toca aos domínios da saúde, da educação e do rendimento, e sugere-nos uma nova agenda, em termos de prioridades, para as políticas futuras.

O Relatório encontra-se estruturado em cinco grandes capítulos: “A Situação do Desenvolvimento Humano” (Cap.1); “O Sul mais Global” (Cap.2); “Factores Impulsionadores do Desenvolvimento” (Cap.3); “Manter a dinâmica” (Cap.4); “Governança e Parcerias para uma Nova Era” (Cap.5). O Relatório encerra com o já célebre “Anexo Estatístico”, onde se apresenta o IDH dos países com o índice de desenvolvimento alto, médio e baixo.

Globalmente, o Relatório dá-nos conta de uma mudança paradigmática no que concerne à relação “Norte-Sul”, sugerindo uma ascensão significativa de muitos países do Sul, particularmente o Brasil, China, Índia, Indonésia, África do Sul e Turquia. Esta “ascensão do Sul” (p. 1) tende a impor a partilha de lideranças no jogo geopolítico mundial, marcando posições de alternância mais equilibrada e com maior equidade:

Este fenómeno associado às diversas vias de desenvolvimento seguidas por estes países do Sul abre uma oportunidade: os princípios que mobilizaram as instituições do pós-Segunda Guerra Mundial e orientaram os decisores políticos precisam de ser recalibrados, se não mesmo reformulados, de modo a acolher a crescente diversidade de vozes e poderes e sustentar o progresso em matéria de desenvolvimento a longo prazo (p. 2).

Para além desta mudança no quadro da relação “Norte-Sul”, o Relatório indica, também, uma outra alteração no que diz respeito à relação “Sul-Sul”:

As interações Sul-Sul proporcionaram às empresas do Sul a capacidade de se adaptarem e inovarem, de forma mais adequada aos países em desenvolvimento, o que inclui novos modelos comerciais que permitem às empresas desenvolver produtos para um grande número de clientes de baixo rendimento, muitas vezes com margens reduzidas (p. 55).

A “viragem” que se verifica, na realidade, não é, apenas, uma questão de “ascensão”, para conseguir uma aproximação aos países com um IDH mais elevado, mas de mudança de estratégia de desenvolvimento. As políticas assumem um carácter pragmático em função das circunstâncias sociais e contextuais, privilegiando uma outra abordagem do papel do estado e das suas prioridades:

Definir as prioridades políticas, mais do que assegurar uma correta fixação dos preços, um Estado orientado para o desenvolvimento deve definir corretamente as suas prioridades políticas. Estas devem ser centradas nas pessoas, promovendo novas oportunidades e, em simultâneo, protegendo-as contra riscos adversos. A correta definição das políticas e das prioridades políticas levanta a questão igualmente importante da definição correta do processo de decisório (p. 69).

Por conseguinte, pode-se concluir que esta “ascensão do Sul” não se deve, apenas e exclusivamente, à integração nos mercados mundiais, mas ao reforço do investimento público no sector da “política social”: “As estratégias de desenvolvimento não podem ter êxito sem um verdadeiro empenho na igualdade de oportunidades, de modo a proporcionar a todos a justa oportunidade de beneficiar das vantagens do crescimento” (p. 78).

O Relatório da PNUD, de 2013, salienta, de forma incisiva, o papel da educação, mormente no que concerne a promoção da inclusão e do acesso a um ensino de elevada qualidade (e não apenas de acesso à escolarização): “É provável que os investimentos realizados por alguns países na qualidade da educação tragam benefícios futuros num mundo globalizado e, cada vez mais, baseado no conhecimento” (p. 33).

Centrando-nos, nas prioridades políticas para os países em desenvolvimento, o Relatório traça quatro prioridades: (a) reforço da equidade; (b) permitir a representação e participação; (c) fazer face aos desafios ambientais; (d) gerir as alterações demográficas.

A questão do reforço da equidade e da justiça social assume, efectivamente, uma priorização na agenda das políticas públicas, uma vez que estas constituem um desafio para combater as crescentes desigualdades sociais, entre uma minoria da população que agarra as oportunidades, que emergem no contexto da globalização, e uma maioria que fica refém dos seus baixos níveis de literacia.

Quanto à representação e à participação cívica e política, nota-se, cada vez mais, um desfasamento entre os decisores políticos (enquadrados nas lógicas dos regimes partidários e suas ideologias) e as comunidades locais que, por falta de acesso a uma educação de qualidade (e não apenas de “escolarização”), limita-se a “participar” na chamada “democracia representativa”, que, habitualmente, se confina ao acto eleitoral.

Relativamente ao problema ambiental, os desafios são mais que muitos, particularmente no que concerne aos países do Sul. A crescente exploração dos recursos naturais, associada aos conhecidos “mega-projectos”, implica reforçar o papel dos estados na regulação de políticas ambientais e sociais, procurando envolver as comunidades locais no processo de tomada de decisão e não, apenas, como acontece na maioria dos casos, como participantes numa “suposta auscultação pública”.

Finalmente, nos países do Sul, importa saber gerir a questão demográfica, pois, constitui um problema difícil de resolver, entre outros factores, pelo facto de as políticas de género ainda não serem acompanhadas de medidas concretas de apoio à mulher. Investir na mulher, acaba por ser um investimento na família como um todo, dada a sua relevância no seio familiar.

O Relatório do PNUD, de 2013, é efectivamente um instrumento que deverá ser conhecido e, também, ser assumido como uma estratégia reflexiva a partir da qual se devem traçar as políticas futuras dos países, num contexto, cada vez mais, interdependente e globalizado.